

**XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA  
GT 5- ETNICIDADE E RAÇA**

**ESTADO SOCIEDADE CIVIL E AÇÕES AFIRMATIVAS**

Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da  
Silva.  
P P G em Sociologia e Antropologia  
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros  
Universidade Federal do Maranhão  
carlosbene@terra.com.br

*“A promoção da igualdade racial, é um desafio que deve ser enfrentado por todos os órgãos do Governo Federal, dos estados e dos municípios, tanto na concepção quanto na execução das políticas públicas.” Ministra Matilde Ribeiro-SEPPIR*

Em 20 de novembro de 2003, o Presidente da República lançou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O documento traz as diretrizes para a indicação de Programas e Ações do Governo Federal, que, por meio da coordenação da Seppir, contribuam para a redução das desigualdades raciais no Brasil.

Segundo a Ministra Matilde Ribeiro, em documento apresentado como diretrizes para a realização das Conferências pela Promoção da igualdade Racial, o Brasil neste início de século, passa por uma série de transformações nos mais diversos campos. Para a consolidação dessa nova etapa da sociedade brasileira, é crucial que o tema Igualdade Racial esteja inserido nos diversos encaminhamentos propostos para a melhoria de vida da totalidade da Nação, de outra maneira, os avanços estarão fadados ao fracasso, pois sem que o país resolva a lacuna secular de desigualdades raciais, não haverá progresso possível. É necessária uma nova atitude dos diversos níveis de governo e da sociedade civil.

Dizia o professor Octávio Ianni (1996:12), que a globalização expressa um processo de amplas proporções, envolvendo nações, nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades culturais e civilizações.

Nessa perspectiva, o processo de globalização que se impõe ao mundo atual, traz, para os vários segmentos das sociedades humanas, em todas as partes do mundo, a necessidade de compreensão das novas situações de tensões, acomodações e antagonismos produzidos pela sua dinâmica

Cada vez mais, representantes sindicais, organizações não governamentais, movimentos sociais de negros, índios, mulheres, homossexuais, entre outros tantos segmentos da sociedade civil, têm apresentado às instâncias do poder público ao longo de sua existência, uma série de proposições, com vistas à democratização do acesso aos direitos de cidadania, aos bens e serviços que lhes devem ser providos pelo estado e pelo município, como direitos da população.

As heranças da escravidão e o racismo, têm se perpetuado no Brasil, como entraves para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento social, econômico e cultural, atingindo os diversos segmentos da sociedade.

Neste sentido, especialmente a partir da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban na África do Sul no segundo semestre de 2001, o governo federal encampou o debate público em torno da construção de uma Política de Estado voltada para a erradicação das desigualdades raciais, num reconhecimento de que, as reivindicações do movimento social negro, especialmente nesses últimos trinta anos, já não podem ser ignoradas, ainda que sejam muito mais para legitimar o Brasil no bloco internacional da democracia.

Ao nível do cenário internacional, constatou-se, desde a Conferência de Durban, que o racismo é uma realidade em todas as sociedades, constituindo-se uma grave ameaça para a segurança e a estabilidade dos países, além de comprometer os processos de desenvolvimento social, étnico e cultural dos povos.

As repercussões dessa conferência exigiram por parte do governo brasileiro, o reconhecimento da existência de práticas racistas, excludentes dos segmentos afrodescendentes rurais e urbanos, e assumisse portanto publicamente, as proposições do

movimento negro nacional, sobre a construção de caminhos de superação das desigualdades raciais.

Com o início do governo Lula, as proposições do movimento negro passam a ser institucionalizadas através da criação de Secretarias de Estado com o objetivo de elaborar políticas públicas de promoção da igualdade racial e de inclusão dos afrodescendentes no sistema educacional, na saúde e no mercado de trabalho.

Segundo a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento <sup>1</sup>, a criação da SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, representa o marco mais importante da intervenção institucional do movimento negro brasileiro junto ao governo federal.

A partir da Criação da Seppir, várias iniciativas ganharam visibilidade, culminando na definição do ano de 2005, como o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial, com a realização de uma série de conferências preparatórias, a nível regional e estadual, visando a realização da conferência nacional prevista para o início do segundo semestre/2005.

A realização das conferências, exige uma articulação entre a sociedade civil e o Estado, no sentido, tanto de elaboração, como de implementação das propostas, o que pressupõe, uma dinâmica de negociações e trocas, para que, os objetivos, antes conflitantes, sejam agora equacionados na efetivação das políticas públicas.

Essa nova situação apresenta desafios para ambos os lados. Para os governos, a necessidade de reconhecimento das reivindicações do movimento social organizado, sob pena de comprometer as deliberações pós Durban. Para o movimento social negro, o desafio é adequar-se a uma nova realidade de diálogos com as instancias do poder, sem perder a sua identidade.

Ou seja, o confronto permanece, entretanto, pela própria qualificação atingida pelo movimento negro nacional, nos últimos trinta anos, abrem-se novas perspectivas de articulação, onde o foco de atenção seja a eficácia das políticas públicas de superação das desigualdades.

Nesse sentido, é possível retomar as considerações de Octávio Ianni, sobre os desafios que se apresentam agora, ao nível das práticas e ideais, assinalando a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória.

---

<sup>1</sup> O papel da Cor- Raça e Etnia nas políticas de promoção da igualdade . CEERT. 2003. São Paulo.

Sem dúvidas, a velocidade das transformações ocorridas desde as últimas décadas do século XX, acaba acirrando drasticamente as contradições nos países periféricos, atingidos de forma desigual e diversificada, pelos movimentos da globalização e de mundialização das culturas. Tal fato exige a compreensão de que, a história não se resume ao fluxo das continuidades, mas que é consequência de um amplo movimento de tensões e rupturas.

O que está em jogo agora, é nas palavras de Ianni (1996:12), “um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de pensar, agir, sentir e imaginar”.

Essa multiplicidade de situações, atinge povos e regiões de forma diferenciada, determinando posturas, tanto de assimilação como de rechaço, gerando homogeneizações e antagonismos. Se a globalização por um lado, explicita as diferenças, por outro lado, fortalece identidades e identificações, na busca de soluções comuns para as angústias do cotidiano entre os grupos subalternizados, que apresentam alternativas de reordenamento político, através da denúncia, da reivindicação ou participação nos movimentos sociais.

È nesse sentido, que a os movimentos atuais da sociedade globalizada trazem uma sofisticação, nas relações humanas, exigindo a perspicácia, tanto de governantes, como de militantes, no sentido de compreender as novas demandas.

Além dos movimentos sociais organizados, esse é um desafio também, para os analistas e intérpretes das relações sociais, como sociólogos, cientistas políticos ou antropólogos, no sentido de compreender os caminhos das transformações e, principalmente, constitui-se um desafio ainda maior para o poder público, pois são os seus representantes, que deverão estender suas ações no sentido de abarcar e compreender a diversidade em sua expressão mais intensa, ou seja, assimilar a diversidade como a responsável pela dinâmica das transformações. São eles, que deverão produzir a condições de superação das desigualdades, para prover os diversos setores da sociedade, dos recursos necessários para enfrentar o processo de globalização, em condições adequadas de participação, e reconhecimento dos valores de cidadania.

Se for verdadeira a máxima da democracia burguesa ocidental de que, “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, é necessário agora, fazer valer essa máxima.

As condições do mundo atual, já não permitem omissões por parte daqueles que são indicados, escolhidos ou eleitos para administrar os destinos dos grupos humanos. Já não é suficiente manter os interesses das elites, sem direcionar olhos e ouvidos, aos setores subalternizados da população.

É necessário democratizar as ações, os recursos e os acessos aos direitos, para que o poder não seja apenas uma instância acionada para fazer valer o monopólio de decisão das elites sobre os destinos de uma nação, de um estado ou de um município.

O exercício do poder em termos de privilégio das elites dominantes tem sido responsável pelas grandes tragédias da humanidade, pelas guerras, pelos genocídios, pelo extermínio e escravização de povos diversos em várias partes do mundo.

No Brasil, especialmente as sociedades regionalizadas do Norte e Nordeste e, principalmente os municípios do interior dos estados, ainda permanecem na contradição histórica do final do século XIX, onde se conflitava, a implantação do trabalho assalariado com a mão de obra escrava. Ainda predominam as relações de compadrio, onde pessoas e grupos são beneficiados ou protegidas, pelas relações de dependência que mantêm com o que se convencionou chamar de “caciques políticos”.

Ora, é preciso avançar para fora dessas relações, sob pena de perdemos o trem da história, emperrando o próprio desenvolvimento dessas regiões, tanto em termos humanos quanto em termos culturais e tecnológicos.

A legitimidade no exercício do poder, só pode ser reconhecida, em sua dimensão humana, de respeito aos valores da democracia e da cidadania, na medida em que leve em conta o reconhecimento da diversidade de interesses dos grupos étnico-raciais que compõem uma sociedade, um estado ou uma nação, promovendo a igualdade de direitos em todos os níveis.

É mais do que urgente a definição e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades básicas dos grupos humanos, em termos de moradia, trabalho, saneamento, educação, entre outros.

Isso vale tanto para os governos como para o movimento negro nacional, que precisa se dar conta do seu papel no contexto atual da sociedade brasileira. Por um lado, ainda que timidamente, dadas as proporções da população afrodescendente no Brasil, 45%

segundo dados das agências mais confiáveis, o movimento negro nacional adquiriu visibilidade e qualificação para assumir cargos reivindicados historicamente.

Por outro lado, o movimento negro já não pode se limitar á denúncia do racismo, prática a que se dedicou desde meados do século XX, o desafio agora, é demonstrar competência para, nas negociações com o Estado, viabilizar a implementação das políticas de promoção da igualdade racial.

Embora essas questões digam respeito à sociedade brasileira como um todo. Elas adquirem características regionalizadas, o que exige reflexões específicas sobre esses contextos.

Assim, proponho-me aqui a tecer algumas considerações sobre a realidade étnico racial no estado do Maranhão, considerado um estados de maior contingente populacional negro no Brasil, 74%<sup>2</sup>

O Maranhão é caracterizado pela existência de diferentes povos indígenas, que vivenciam as experiências do contato violento com a sociedade moderna. Esses povos, apesar de algum reconhecimento importante, como frutos de suas formas de organização coletiva, ainda enfrentam problemas graves saúde, de exploração como mão de obra entre outra tragédias, especialmente as relacionadas ao não reconhecimento de suas terras.

Encontra-se também nesse estado, uma legião de trabalhadores rurais, homens, mulheres e crianças, que vivenciam as experiências da grilagem da expropriação e do trabalho escravo.

Compões também o Maranhão, um dos maiores contingentes de população negra rural do país, identificados em cerca de 700 comunidades quilombolas<sup>3</sup> espalhadas pelas diversas regiões do estado, que historicamente, experimentam as maiores violências com as investidas constantes dos poderosos que não lhes reconhecem o direito à terra.

O Maranhão é marcado também, por um grande contingente de população negra urbana, que por falta de melhores oportunidades de vida, educação e trabalho, povoam as áreas de palafitas e invasões da periferia da capital de outros municípios, vivendo em condições de desemprego, degradação e marginalidade.

---

<sup>2</sup> Indicadores Sociais 2002/IBGE, Depto de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro:IBGE, 2003. In O negro No Mercado de Trabalho. Fundação Culktural Palmares, 2004, pg. 2004.

<sup>3</sup> Vide Projeto Vida de Negro desenvolvido pelo Centro de Cultura Negra do maranhão e pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

Somam-se a esses, a grande legião de crianças e adolescentes que vivem nas ruas, sem perspectivas de educação e de uma infância sadia como pregam os Estatutos da Criança e do Adolescente, Crianças sem condições de acesso á educação familiar ou escolar, como um dos principais caminhos para a construção da cidadania e da dignidade.

Sem dúvidas, houve muitas conquistas importantes, resultantes das mobilizações coletivas, mas ainda estamos longe de um ideal de valorização da vida e da dignidade humana, nesse estado, a exemplo do resto do país.

Desde a constituição de 1988, reconheceu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, e vários órgãos trabalham para os princípios nele contidos sejam respeitados. Ainda assim, os dados estatísticos das grandes agências de pesquisa, apontam para o descaso do poder público para com nossas crianças que permanecem nas ruas, em condições de extrema degradação, sem perspectivas de futuro.

Reconheceu-se o Estatuto do Idoso. Entretanto, permanecem as situações de exclusão, em relação à vida social, ao lazer, em relação ao mercado de trabalho, que não lhes reconhece capacidade produtiva e, especialmente, em relação à saúde, onde entre outras gravidades, permanece o comércio de vagas nas filas para se obter atendimento nos hospitais públicos, com total conivência dos gestores da saúde, que a rigor estão mergulhados na corrupção.

A constituição assegurou mais direitos à mulheres, direitos conquistados através de lutas históricas dos movimentos feministas, ainda assim, permanecem situações explícitas de violação de seus direitos, na questão da saúde, dos baixos salários, da falta de creches nos locais de trabalho, além da violência física.

Em relação à mulher negra, essa situação se agrava, pois a desvalorização se impõe desde as condições de vida das mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, empregadas domésticas, até as executivas com diplomas universitários que, mesmo exercendo funções iguais, com as mesmas responsabilidades e competências profissionais, recebem menores salários em relação às mulheres brancas e aos homens em geral e ainda enfrentam a violência racial no cotidiano, seja nas ruas, no trabalho ou nas escolas.

A Constituição de 1988 reconheceu o direito às terras às comunidades remanescentes de quilombos, mas ainda hoje o Artigo 68 não é regulamentado, deixando as populações quilombolas à mercê das investidas de expropriadores de suas terras. Na

maioria das vezes, com a convivência do Estado Brasileiro, como acontece no município de Alcântara, onde mais de quinhentas famílias tiveram suas culturas tradicionais invisibilizadas, seu passado negado e sua história de vida destruída pela implantação da CLA.

Também, a chamada Constituição Cidadã reconheceu o racismo como crime inafiançável, mas até hoje, os afrodescendentes permanecem excluídos de todos os setores importantes da sociedade, tendo o racismo com o critério de classificação e hierarquização.

Os dados mostram que, a concentração da pobreza segue de perto a concentração da população negra, ou seja, mostram que a pobreza tem cor: é negra, seja mulher ou homem.

Os dados estatísticos apontam para o alto índice de exclusão das crianças e adolescentes afrodescendentes nas escolas, para as péssimas condições de moradia e trabalho da maioria dos homens e mulheres que compõem os segmentos etno-raciais do estado, e principalmente para os alarmantes índices de marginalização da juventude negra, como resultados da falta de políticas públicas que lhes assegurem direitos à educação e a participação social na vida de suas comunidades, mostrando que o racismo permanece como elemento definidor das prioridades sociais para todas as instâncias do poder público

Segundo dados do IBGE, a população brasileira está estimada em aproximadamente 183 milhões de pessoas. A distribuição racial dessa população se configura da seguinte forma: 55% da população constituída de brancos e 44% da população constituída de negros aproximadamente.

Quando se trata da distribuição da riqueza, a situação é também bastante alarmante. Vejamos o quadro a seguir:

**Distribuição da Riqueza (população não pobre e não indigente)**

Branco	Negros (pretos e pardos)
62%	37,5%

Fonte: contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres/Conferências Estaduais – Documento Base - 2004

**Distribuição da Riqueza (os pobres e indigentes)**

Renda Per Capita entre meio e um quarto	Renda Per Capita abaixo de um quarto de
---	---



de salário mínimo	salário mínimo
61% de negros e indigentes	71% de negros

Fonte: contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres/Conferências Estaduais – Documento Base - 2004

São situações que se perpetuam historicamente e se avolumam em cada município e a cada estado da federação, contribuindo para a degradação humana, para o descrédito nas expectativas de vida e para aumentar as estatísticas da desigualdade. Tal situação compromete afetivamente, a credibilidade do poder público, que é chamado constantemente ao desafio de fazer cumprir seus deveres de provedor dos recursos humanos e de melhorias na qualidade de vida à todos os segmentos da população.

Cabe-lhes portanto neste momento privilegiado por que passa a sociedade brasileira, a grande oportunidade de gravar seu lugar na história da, não pela perpetuação das relações causadoras das tragédias e destruições das potencialidades humanas, mas pela demonstração da capacidade de enfrentamento dos desafios em termos de criatividade, responsabilidade e respeito com os direitos de cidadania da maioria da população brasileira.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARBOSA, Maria Lúcia de Assunção ... et al. (Orgs.)

DE PRETO AFRODESCENDENTE: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2003

BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela. (Orgs.) Levando a Raça a Sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Coleção políticas da Cor

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afrodescendente: identidade em construção. Rio de Janeiro/São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

UIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo / Editora 34, 1997.

IANNI, Octávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996

PAIXÃO. Marcelo. Desenvolvimento e Relações Raciais. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.